

---

***Ventos de Santo  
Augusto III Energias  
Renováveis S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***

## **Relatório da Administração**

Prezados Acionistas,

A Administração da Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SA III") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

### **A Companhia**

A SA III é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia é controlada indireta da Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") que tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável - especificamente de geração eólica - e tem como investimentos os complexos eólicos Chapada do Piauí, Asa Branca e suas controladas.

A SA III em conjunto com outras controladas da Chapada Branca compõem os empreendimentos Asa Branca e Chapada do Piauí que estão localizados em Parazinho no estado do Rio Grande do Norte e em Marcolândia no estado do Piauí. O complexo Eólico possui capacidade instalada total de aproximadamente 596,7 MW, distribuída em 374 aerogeradores.

### **Governança corporativa**

A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

### **Responsabilidade ambiental e social**

A SA III vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais.

### **Recursos humanos**

O capital humano é extremamente relevante para a SA III, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

### **Agradecimentos.**

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades no exercício de 2024.

### **A Administração**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

---

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 2.791 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

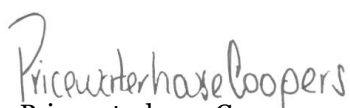


Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Balço Patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.715	22.880	Fornecedores	13	2.375	3.420
Contas a receber	7	3.925	489	Financiamento	14	6.515	53.738
Estoques		1.111	1.067	Partes relacionadas	9	558	180
Tributos a recuperar	8	1.117	1.344	Tributos a pagar		1.376	632
Partes relacionadas	9		134	Provisão de ressarcimento	15	27.351	32.865
Despesas antecipadas		313	307	Provisão liminar excludente	15	3.914	3.641
Outras contas a receber		117	88	Total do passivo circulante		<b>42.089</b>	<b>94.476</b>
Total do ativo circulante		<b>39.298</b>	<b>26.309</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Financiamento	14	41.299	
Depósitos vinculados a financiamento	10	5.522	3.638	Provisão de ressarcimento	15	3.494	1.336
Tributos a recuperar	8	128	49	Provisão para desmobilização	15	989	1.007
Depósitos judiciais	15	4	4	Total do passivo não circulante		<b>45.782</b>	<b>2.343</b>
Tributos diferidos	11	950	1.053				
		<b>6.604</b>	<b>4.744</b>	Total do passivo		<b>87.871</b>	<b>96.819</b>
Imobilizado	12	100.038	101.359	Patrimônio líquido			
Intangível		104	116	Capital social	16	73.219	50.562
Total do ativo não circulante		<b>106.746</b>	<b>106.219</b>	Prejuízos acumulados		(15.046)	(14.853)
				Total do patrimônio líquido		<b>58.173</b>	<b>35.709</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>146.044</b>	<b>132.528</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>146.044</b>	<b>132.528</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Demonstração do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida de vendas	17	22.085	20.738
Custo do serviço de energia elétrica	18	(13.452)	(11.981)
<b>Lucro bruto</b>		<b>8.633</b>	<b>8.757</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(1.835)	(1.763)
Outros ganhos (perdas), líquidos	19	(1.784)	(1.148)
<b>Lucro operacional</b>		<b>5.014</b>	<b>5.846</b>
<b>Resultado financeiro</b>	20		
Receitas financeiras		2.158	2.917
Despesas financeiras		(5.957)	(6.433)
		<b>(3.799)</b>	<b>(3.516)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.215</b>	<b>2.330</b>
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.408)	(1.472)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(193)</b>	<b>858</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$</b>	16	<b>(0,003)</b>	<b>0,017</b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(193)	858
Outros componentes do resultado abrangente		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>(193)</u></b>	<b><u>858</u></b>

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2023		<u>50.562</u>	<u>(15.711)</u>	<u>34.851</u>
Lucro líquido do exercício			858	858
Em 31 de dezembro de 2023		<u>50.562</u>	<u>(14.853)</u>	<u>35.709</u>
Aumento de capital	16	22.657		22.657
Prejuízo do exercício			(193)	(193)
Em 31 de dezembro de 2024		<u>73.219</u>	<u>(15.046)</u>	<u>58.173</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.215	2.330
<b>Ajustes de receitas e despesas</b>			
Depreciação e amortização	18	5.210	5.163
Baixa de ativo imobilizado		2.529	1.589
Atualização financeira de provisão de desmobilização	20	104	93
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	17 e 20	7.653	8.050
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento	20	4.481	5.089
Atualização financeira de liminar excludente	20	273	91
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		(3.436)	3.099
Estoques		(44)	(371)
Tributos a recuperar		148	(33)
Partes relacionadas		512	(154)
Outras contas a receber		(29)	(28)
Despesas antecipadas		(6)	(307)
Depósitos judiciais			(1)
Fornecedores		1.483	(278)
Provisão de ressarcimento		(11.007)	(9.034)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(128)	(553)
<b>Caixa gerado nas operações</b>		<b>8.958</b>	<b>14.745</b>
Juros pagos de financiamento	14	(4.077)	(4.525)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(433)	(1.216)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>4.448</b>	<b>9.004</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições de bens do ativo imobilizado	12 e 23	(9.058)	(3.573)
Depósitos vinculados a financiamento		(1.884)	(75)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(10.942)</b>	<b>(3.648)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de financiamento	14	(6.328)	(6.280)
Aumento de capital	16	22.657	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>16.329</b>	<b>(6.280)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<b>9.835</b>	<b>(924)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>22.880</b>	<b>23.804</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>32.715</b>	<b>22.880</b>

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 23.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

#### 1.1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santo Augusto III") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 2014.

A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

Em 4 de dezembro de 2015, a ANEEL emitiu, através do Despacho no 3.942, o atestado que as unidades geradoras do parque eólico de Ventos de Santo Augusto III atenderam aos requisitos necessários para entrarem em operação em teste a partir do dia 5 de dezembro de 2015.

Em 15 de janeiro de 2016 foi publicado o Despacho nº 103 da ANEEL que libera as unidades geradoras das usinas eólicas Ventos de Santo Augusto V para início da operação comercial em 16 de janeiro de 2016.

As atividades da Companhia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

<u>SPE</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Término das outorgas</u>
Ventos de Santo Augusto III	Portaria nº 342, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Garantia Física MWh/Ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Santo Augusto III	Piauí	Simões	29,60	107.748	jan-16	dez-35

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de abril de 2025.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1.2 Situação financeira

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do ativo circulante	39.298	26.309
(-) Total do passivo circulante	(42.089)	(94.476)
<b>Capital circulante líquido</b>	<b><u>(2.791)</u></b>	<b><u>(68.167)</u></b>

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, meteorologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que estão sendo discutidos judicialmente.

Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). No entanto, foi solicitado ao BNDES *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, conforme detalhado na nota explicativa 14. Desta forma, o saldo devedor do BNDES foi reclassificado conforme o seu cronograma de pagamentos, entre circulante e não circulante.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

O atual acionista controlador reforçou seu compromisso na continuidade dos negócios da Companhia, a qual deverá contar com seu suporte financeiro conforme eventual necessidade de caixa e dentro dos seus limites permitidos.

### 1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024

#### (a) Suspensão dos pagamentos de ressarcimentos

Em 2024, seguindo o cronograma de liquidação da CCEE, o Grupo pagou o valor de R\$ 14.094, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Esse cronograma foi cumprido regularmente até a divulgação da contabilização da CCEE referente ao mês de fevereiro de 2024, quando os pagamentos dos ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021 em diante foram novamente interditos.

#### (b) Conclusão da Contrato de compra e venda da Controladora da Companhia

Em 30 de junho de 2024, a ContourGlobal do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") atualmente Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca"), empresa Controladora da Companhia, recebeu todas as autorizações e cumpriu as condições necessárias para concluir a operação de compra e venda das quotas do capital social, no qual a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("IBH XX"), uma investida do Pátria, adquiriu 90% das quotas do capital social, enquanto a Invenergy Wind South America LLC ("Invenergy"), adquiriu os 10% restantes das quotas do capital social, representado a totalidade do capital social da ContourGlobal vendido pela ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L ("Terra 3").

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (c) Integralização de capital

Em 2024 foram realizadas integralizações de capital na Companhia no montante de R\$ 22.657 pelo acionista Chapada do Piauí III Holding S.A.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

#### 2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

##### Revisadas e vigentes

	<b>Normas</b>	<b>Alterações</b>	<b>Vigência</b>
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	01.01.2024
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Revisadas e não vigentes

	Normas	Alterações	Vigência
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## 2.2 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

### (b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

## 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

### (a) Provisão de ressarcimento sobre a receita

No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 15 (b)).

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Provisão de desmobilização

Os valores da provisão de desmobilização, da Companhia, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta ajustado ao valor presente (nota 15 (a)).

## 4 Gestão de risco

### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Financiamento de longo prazo com taxas variáveis (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Financiamento e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (b) Risco de mercado

#### (i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possuía ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar as outras partes interessadas.

A Companhia mantém contratos de financiamento corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), com essa exposição a taxas variáveis, suas variações representam a Companhia um risco de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição às taxas TJLP periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros.

### (c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais do financiamento, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R\$ 32.715 (R\$ 22.880 em 31 de dezembro de 2023). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos (i)				Total
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	2.375				2.375
Financiamento	10.033	9.772	18.288	26.913	65.006
Partes relacionadas	558				558
Provisão liminar excludente	3.914				3.914
Provisão de ressarcimento	27.351	301	3.193		30.845
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Fornecedores	3.420				3.420
Financiamento	10.375	9.840	26.539	25.237	71.991
Partes relacionadas	180				180
Provisão liminar excludente	3.641				3.641
Provisão de ressarcimento	32.865	1.277	59		34.201

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamento.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas e provisão de liminar excludente.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

### (e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

A Companhia realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual seu financiamento está exposto, representado pela variação da TJLP que corrige o saldo do financiamento.

Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos cinco cenários diferentes.

O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação do TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas futuras observadas nas projeções oferecidas pelos bancos Itaú e Santander, conforme aplicável. Sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

esperada para a TJPL de 1,34%, entre a TJLP esperada para 31 de dezembro de 2025, no valor de 8,87%, e a TJPL realizada do ano 2024, no valor de 7,43%.

Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Cenário (-) 25%	Cenário (-) 50%
Financiamento – Juros TJLP	47.855	(639)	(799)	(959)	799	959

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a financiamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Total de financiamento	14	47.814	53.738
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(32.715)	(22.880)
(-) Depósitos vinculados a financiamento	10	(5.522)	(3.638)
<b>Dívida líquida</b>		<b>9.577</b>	<b>27.220</b>
Total do patrimônio líquido		58.173	35.709
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>		<b>67.750</b>	<b>62.929</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>14,14%</b>	<b>43,26%</b>

### 4.3 Outros riscos considerados relevantes

#### (a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

### (c) Mudanças climáticas

O parque eólico da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

### (d) Riscos de liquidação do financiamento e ressarcimentos

O parque eólico de Ventos de Santo Augusto III não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) e, portanto, tem-se observado a quebra dos *covenants* devido ao não atingimento do ICSD definido nos contratos de financiamento com o BNDES (nota 14), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a liberação de *waiver* por parte do referido credor.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos ao CCEAR, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que finalizou em 2024, e estamos aguardando um novo cronograma para as demais parcelas. O montante estimado para os próximos 12 meses é de R\$ 27.351, resultando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CCEAR no referido período.

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo:

#### (i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados a financiamento" e "Outras contas a receber".

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.715	22.880
Contas a receber	7	3.925	489
Partes relacionadas	9		134
Depósitos vinculados a financiamento	10	5.522	3.638
Outras contas a receber		117	88
<b>Ao custo amortizado</b>		<b><u>42.279</u></b>	<b><u>27.229</u></b>

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (iii) Impairment de ativos financeiros

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

### (b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>			
Financiamento	14	47.814	53.738
Partes relacionadas	9	558	180
Fornecedores	13	2.375	3.420
Provisão de ressarcimento	15	30.845	34.201
Provisão liminar excludente	15	3.914	3.641
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>85.506</b>	<b>95.180</b>

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

O valor justo de financiamento classificado no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, considerando que o valor principal é de financiamento.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referiam-se a operações compromissadas atreladas à taxa DI (depósito interbancário), remuneradas a uma taxa média de 88% do CDI e CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% do CDI (99% em 2023), com liquidez imediata.

#### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos em banco e em caixa	13	5.999
Recursos em aplicações financeiras	32.702	16.881
	<u><b>32.715</b></u>	<u><b>22.880</b></u>

### 7 Contas a receber

#### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração manteve o montante reconhecido de PECLD para os títulos vencidos há mais de 360 dias.

#### Composição

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de contas a receber é de R\$ 3.925 (R\$ 489 em 31 de dezembro de 2023). Nas referidas datas não havia títulos vencidos no contas a receber.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 8 Tributos a recuperar

#### Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: PIS e COFINS sobre ressarcimento.

#### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
IRRF sobre aplicações financeiras		103
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	998	1.200
ICMS a Recuperar		9
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	119	32
	<u>1.117</u>	<u>1.344</u>
<b>Não Circulante</b>		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	128	49
	<u>128</u>	<u>49</u>
	<u>1.245</u>	<u>1.393</u>

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

### 9 Partes relacionadas

#### Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre a Companhia, coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	31/12/2024	31/12/2023	
		Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado	201		92
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado		1	
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	25		88
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado		62	
Chapada do Piauí III Holding S.A.	Custo compartilhado		71	
		<b>226</b>	<b>134</b>	<b>180</b>
Invenergy Servicos Brasil Ltda.	Fornecedores	332		
		<b>332</b>		
<b>Total</b>		<b>558</b>	<b>134</b>	<b>180</b>

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Natureza	Total	Natureza	Total
	<b>Custo compartilhado</b>		<b>Custo compartilhado</b>	<b>Fornecedores</b>
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>198</b>	<b>198</b>	<b>398</b>	
Ingresso			1.137	1.137
Resultado	344	344	704	704
Liquidação principal	(408)	(408)	(2.059)	(2.059)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>134</b>	<b>134</b>	<b>180</b>	<b>180</b>
Ingresso	30	30	1.097	1.097
Resultado	287	287	904	3.707
Liquidação principal	(451)	(451)	(1.955)	(3.375)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>			<b>226</b>	<b>332</b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresas</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
		<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado	1.067	1.137
<b>Total</b>		<b>1.067</b>	<b>1.137</b>
		<b>1.067</b>	<b>1.137</b>

### Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

**(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas**

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A. e Chapada do Piauí III Holding S.A., o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina.

**(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP**

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de despesas com a Chapada Branca Holding S.A., com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, despesas gerais e administrativas, as quais são repassadas a Companhia com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

**(c) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN**

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controlada Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas e Asa Branca Holding S.A., nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

**(d) Fornecedores**

O saldo de fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram realizados entre as controladas da Companhia e empresa pertencente ao grupo do acionista minoritário da Controladora indireta Chapada Branca Holding S.A.

### Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R\$ 149 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2023).

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10 Depósitos vinculados a financiamento

Os Depósitos vinculados exigidos pelo contrato de financiamento são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

- (a) **“Conta Reserva do Serviço da Dívida”:** contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R\$ 2.488 (R\$ 3.130 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) **Conta Reserva de O&M”:** contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos valores anuais de pagamentos em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 1.523 (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) **“Conta Centralizadora”:** contas correntes de titularidade das controladas, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 1.511.

A posição em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.522 (R\$ 3.638 em 31 de dezembro de 2023).

### 11 Tributos diferidos

#### Política contábil

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada da Companhia. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

#### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento</b>		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	842	1.012
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	<u>108</u>	<u>41</u>
	<u><b>950</b></u>	<u><b>1.053</b></u>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Em 1º de janeiro	1.053	989
Compensação	95	(95)
Despesa da demonstração do resultado	(198)	159
	<u>950</u>	<u>1.053</u>

## 12 Imobilizado

### Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia reconhece uma obrigação (nota 15(a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa N° 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL ajustado ao prazo de autorização.

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Composição

	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Máquinas, equipamentos e outros</b>	<b>Edificações, obras civis e benfeitorias</b>	<b>Provisão de desmobilização</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>293</b>	<b>100.692</b>	<b>726</b>	<b>95</b>	<b>101.806</b>
Adições	1.471	4.642			6.113
Remensuração				180	180
Baixa imobilizado		(2.096)			(2.096)
Depreciação		(5.111)	(33)	(7)	(5.151)
Baixa depreciação		507			507
Transferência	(1.669)	1.669			
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>95</b>	<b>100.303</b>	<b>693</b>	<b>268</b>	<b>101.359</b>
Custo	95	137.782	1.557	383	139.817
Depreciação acumulada		(37.479)	(864)	(115)	(38.458)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>95</b>	<b>100.303</b>	<b>693</b>	<b>268</b>	<b>101.359</b>
Adições	3.932	2.598			6.530
Baixa imobilizado		(3.416)		(122)	(3.538)
Depreciação		(5.152)	(33)	(14)	(5.199)
Baixa depreciação		886			886
Transferência	(1.432)	1.432			
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>2.595</b>	<b>96.651</b>	<b>660</b>	<b>132</b>	<b>100.038</b>
Custo	2.595	138.396	1.557	261	142.809
Depreciação acumulada		(41.745)	(897)	(129)	(42.771)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.595</b>	<b>96.651</b>	<b>660</b>	<b>132</b>	<b>100.038</b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição ou reparação dos aerogeradores e/ou suas respectivas peças, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

### (b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

## 13 Fornecedores

### Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Materiais e serviços	2.237	756
Aquisições de ativos imobilizados	12	2.540
Custo de transmissão	117	115
Taxa de fiscalização Aneel	9	9
	<u>2.375</u>	<u>3.420</u>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 14 Financiamento

#### Política contábil

O financiamento é reconhecido, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, o financiamento captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de financiamento são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

O financiamento é classificado como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos do financiamento, gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
Financiamento	6.515	53.792
(-) Custo de Colocação		(54)
	<b>6.515</b>	<b>53.738</b>
<b>Não circulante</b>		
Financiamento	41.340	
(-) Custo de Colocação	(41)	
	<b>41.299</b>	
<b>Total</b>	<b><u>47.814</u></b>	<b><u>53.738</u></b>

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Movimentação de financiamento

Movimentação	Natureza		Passivo circulante	Natureza		Passivo não circulante
	Financiamento	(-) Custo de Colocação	Total	Financiamento	(-) Custo de Colocação	Total
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>59.523</b>	<b>(69)</b>	<b>59.454</b>			
Provisão de juros	4.505		4.505			
Atualização monetária	569		569			
Amortização de custos de colocação		15	15			
Liquidação do principal	(6.280)		(6.280)			
Liquidação dos encargos	(4.525)		(4.525)			
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>53.792</b>	<b>(54)</b>	<b>53.738</b>			
Provisão de juros	4.045		4.045			
Atualização monetária				423		423
Amortização de custos de colocação					13	13
Liquidação do principal	(6.328)		(6.328)			
Liquidação dos encargos	(4.077)		(4.077)			
Transferência	(40.917)	54	(40.863)	40.917	(54)	40.863
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>6.515</b>		<b>6.515</b>	<b>41.340</b>	<b>(41)</b>	<b>41.299</b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Financiamento obtido junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0607.1, no valor total de R\$ 84.413, firmado em 17 de dezembro de 2015, a ser pago em 192 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O financiamento obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Companhia realizou a medição para o fechamento de 31 de dezembro de 2024 e 2023 e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não obteve o waiver do BNDES durante o ano. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo foi classificado no passivo circulante.

Para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Companhia recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência (“waiver”) quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 referente ao exercício de 2024. Portanto, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 40.917 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido waiver possui condições resolutivas.

## 15 Provisões

### Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de desmobilização, ressarcimento e liminar excludente de responsabilidade que são reconhecidas quando:

1. A Companhia tiver uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
3. O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### (a) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para desmobilização de ativos consideram que a Companhia, ou seja, parque eólico com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,90% (3,50% em 2023) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto de 11,36% (10,36% em 2023) ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Não circulante</b>		
Provisão de desmobilização	989	1.007
	<u><b>989</b></u>	<u><b>1.007</b></u>

### Movimentação

			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Desmobilização</u>	<u>(-) Ajuste a valor presente</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>13.065</b>	<b>(12.058)</b>	<b>1.007</b>	<b>734</b>
Remensurações (i)				180
(-) reversão	1.508	(1.630)	(122)	
Atualização financeira		104	104	93
<b>Saldo final do exercício</b>	<u><b>14.573</b></u>	<u><b>(13.584)</b></u>	<u><b>989</b></u>	<u><b>1.007</b></u>

(i) Em 2023, houve a remensuração dos custos de desmobilização dos ativos da Companhia, tendo como contrapartida a rubrica do ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação a ser exigida em longo prazo, os custos atuais estimados foram atualizados levando em consideração a inflação projetada até o momento da realização da obrigação, no caso foi utilizado o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro), descontados a valor presente com base na taxa indicativa do título de dívida pública do governo com vencimento semelhante ao prazo da exigência da obrigação de desmobilização.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (b) Provisão de ressarcimento

A Conta Ressarcimento com a CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR

A Companhia firmaram Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013.

A Companhia comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada as distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2024 igual a R\$ 233,66 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90 a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

- (i) **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças ("PLD") médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, das controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas.
- (ii) **Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	4.643	14.909
Provisão de despacho (ii)	22.708	17.956
	<u>27.351</u>	<u>32.865</u>
<b>Não circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	3.494	1.336
	<u>3.494</u>	<u>1.336</u>
<b>Total</b>	<u>30.845</u>	<u>34.201</u>

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Sendo assim, a Companhia reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período.

(ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off*.

O *constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 23 de março de 2021 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data.

No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para realizar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento.

Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões de *constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em outubro de 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (a).

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (c) Provisões liminar excludente

Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade da Companhia pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como:

- (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio;
- (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas da Companhia.

A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré-operacional do parque, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável a Companhia.

Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Não circulante</b>		
Provisão liminar excludente	3.914	3.641
	<u><b>3.914</b></u>	<u><b>3.641</b></u>

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Movimentação (b) (c)

Movimentação	Provisões liminar excludente	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Passivo circulante	Passivo não circulante	
				Total	Provisão de ressarcimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>3.550</b>	<b>2.780</b>	<b>24.007</b>	<b>30.337</b>	<b>8.398</b>	<b>8.398</b>
Provisão		3.935	(3.085)	850	3.303	3.303
Pagamento			(6.096)	(6.096)		
Atualização financeira	91		959	1.050		
Transferência		8.194	2.171	10.365	(10.365)	(10.365)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.641</b>	<b>14.909</b>	<b>17.956</b>	<b>36.506</b>	<b>1.336</b>	<b>1.336</b>
Provisão		3.311	3.087	6.398	3.493	3.493
Pagamento			(14.094)	(14.094)		
Atualização financeira	273		849	1.122		
Transferência		(13.577)	14.910	1.333	(1.335)	(1.335)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.914</b>	<b>4.643</b>	<b>22.708</b>	<b>31.265</b>	<b>3.494</b>	<b>3.494</b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia possui questões cíveis em andamento, cujas avaliações efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível, portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

#### Causas com probabilidade de perda possível

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	4.056	4.408
	<u>4.056</u>	<u>4.408</u>

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade.

Os depósitos judiciais no consolidado em 31 de dezembro de 2024 são de R\$ 4 de processos tributários (em 31 de dezembro de 2023 os depósitos eram de R\$ 4 de processos tributários).

## 16 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 73.219 (R\$ 50.562 reais em 31 de dezembro 2023), dividido em 73.219.621 (50.562.398 em 31 de dezembro 2023) ações.

Acionistas	%	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada do Piauí III Holding S.A.	100%	73.219.621	73.219	50.562.398	50.562
		<u>73.219.621</u>	<u>73.219</u>	<u>50.562.398</u>	<u>50.562</u>

### (b) Aumento de capital

Em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de setembro de 2024 foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 22.657.

### (c) Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia	(193)	858
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	55.156	50.562
	<u>(0,003)</u>	<u>0,017</u>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17 Receita líquida de vendas

#### Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com energia	28.738	27.562
(-) Provisão de ressarcimento	(6.804)	(7.238)
<b>Receita bruta</b>	<b><u>21.934</u></b>	<b><u>20.324</u></b>
Receita bruta mercado livre	1.117	1.270
<b>Total receita bruta</b>	<b><u>23.051</u></b>	<b><u>21.594</u></b>
(-) Impostos sobre vendas	(845)	(739)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(121)	(117)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>22.085</u></b>	<b><u>20.738</u></b>

### 18 Custo do serviço de energia elétrica

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(1.135)	(1.282)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.407)	(1.360)
Custo de operação (a)	(10.910)	(9.339)
	<b><u>(13.452)</u></b>	<b><u>(11.981)</u></b>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (a) Custo de operação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(414)	(453)
Manutenções	(496)	(213)
Materiais e serviços de terceiros	(4.787)	(3.510)
Seguro	(3)	
Depreciações e amortizações	<u>(5.210)</u>	<u>(5.163)</u>
	<u><b>(10.910)</b></u>	<u><b>(9.339)</b></u>

### 19 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros	(418)	(336)
Aluguéis	(4)	
Seguros	(337)	(311)
Comunicações	(1)	
Viagens	(63)	(78)
Despesas tributárias	(9)	(10)
Projetos sociais		(34)
Outras receitas operacionais	64	143
Despesas compartilhadas	(1.067)	(1.137)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	<u>(1.784)</u>	<u>(1.148)</u>
	<u><b>(3.619)</b></u>	<u><b>(2.911)</b></u>

(i) A rubrica "Outros ganhos (perdas), líquidos" é composta principalmente pela baixa de ativos imobilizados e por outras receitas.

### 20 Resultado financeiro

#### Política contábil

#### Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre financiamento são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	2.023	2.890
Outras receitas financeiras	135	27
	<u>2.158</u>	<u>2.917</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros financiamento	(4.045)	(4.505)
Atualização monetária	(423)	(569)
Amortização de custos da dívida	(13)	(15)
Fianças bancária	(78)	
Atualização financeira de liminar excludente	(273)	(91)
Atualização financeira de desmobilização	(104)	(93)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	(814)	(812)
Outras despesas financeiras	(207)	(348)
	<u>(5.957)</u>	<u>(6.433)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(3.799)</u>	<u>(3.516)</u>

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

## 21 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada da Companhia. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
<b>Receita com energia</b>	<b>14.644</b>	<b>22.736</b>	
Receita de energia	28.604	28.663	
Desconto concedido	(14.094)	(6.096)	
Provisão de receita de energia	134	169	
<b>Provisão de ressarcimento</b>	<b>7.290</b>	<b>(1.142)</b>	
Provisão de ressarcimento	(6.804)	(7.238)	
Desconto concedido	14.094	6.096	
<b>Receita Gerada</b>	<b>21.934</b>	<b>21.594</b>	
Receitas financeiras	2.217	2.908	
Outras receitas	33	36	
<b>Bases de cálculo</b>			
<b>Receitas</b>			
IRPJ	8%	3.411	4.716
Adicional IRPJ		3.391	4.478
CSLL	12%	3.991	5.620
<b>Provisões</b>			
IRPJ	8%	594	(91)
CSLL	12%	891	(117)
<b>Cálculo dos impostos</b>			
<b>Receitas</b>		<b>(1.210)</b>	<b>(1.034)</b>
IRPJ – 15%	15%	(512)	(78)
IRPJ adicional – 10%	10%	(339)	(449)
CSLL – 9%	9%	(359)	(507)
<b>Provisões</b>		<b>(198)</b>	<b>192</b>
IRPJ – 15%	15%	(89)	13
IRPJ adicional – 10%	10%	(59)	8
CSLL – 9%	9%	(80)	10
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019		30	161
<b>Corrente</b>		<b>(1.210)</b>	<b>(1.664)</b>
<b>Diferido</b>		<b>(198)</b>	<b>192</b>
<b>Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido</b>		<b>(1.408)</b>	<b>(1.472)</b>

## Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 22 Compromissos

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamento de terrenos (i)	245	6.944	31.320	38.509
Contrato de manutenção (ii)	11.387	63.557	75.486	150.430
Contrato de transmissão (iii)	1.485	8.419	10.664	20.568
	<u>13.117</u>	<u>78.920</u>	<u>117.470</u>	<u>209.507</u>

##### (i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde o parque eólico está instalado e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados ao faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

##### (ii) Contrato de manutenção

Contratos firmados com o fornecedor especializado em manutenção de aerogeradores de cada parque eólico.

##### (iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

#### 23 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

<b>Principal transação que não afeta o caixa</b>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	12	2.540
<b>Em atividades de investimentos</b>	<u>12</u>	<u>2.540</u>

# Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R\$ 428.435 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 70.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas entre as companhias controladas diretas e indiretamente pela Companhia.

A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pelos auditores independentes).

\* \* \*